

O FENÔMENO TOTALITÁRIO: em Eric Voegelin e Hannah Arendt

THE TOTALITARIAN PHENOMENON: In Eric Voegelin and Hannah Arendt

Wagner Augusto Junio Pereira Braga¹

RESUMO

No século XX, o mundo observa a ascensão de um fenômeno que se estrutura de um modo totalmente diferente: o totalitarismo. Para tentar melhor compreendê-lo, os intelectuais daquele tempo buscaram alcançar os seus fundamentos, tanto no espectro religioso quanto no institucional. Objetivando analisar a ascensão do fenômeno totalitário, este trabalho se baseia em conceitos de dois grandes filósofos, os germano-americanos Eric Voegelin e Hannah Arendt. A construção deste artigo se deu através de uma pesquisa bibliográfica, focada principalmente na análise das obras dos autores mencionados. Portanto, a proposta deste trabalho é lançar mão das duas perspectivas para obtermos uma compreensão histórico-filosófica, por meio da qual conseguiremos alcançar, de um só tempo, um entendimento horizontal e vertical do totalitarismo.

Palavras-Chave: religiões políticas; gnosticismo; fascismo; ideologia; filosofia da história.

ABSTRACT

In the 20th century, the world witnessed the rise of a phenomenon that was structured in a completely different way: totalitarianism. In an attempt to better understand it, intellectuals of that time sought to reach its foundations, both in the religious and institutional spectrum. In order to analyze the rise of the totalitarian phenomenon, this paper is based on concepts of two great philosophers, the German-American Eric Voegelin and Hannah Arendt. The construction of this article was carried out through bibliographic research, focused mainly on the analysis of the works of the mentioned authors. Therefore, the purpose of this paper is to use both perspectives to obtain a historical-philosophical understanding, through which we will be able to achieve, at the same time, a horizontal and vertical understanding of totalitarianism.

Keywords: political religions; gnosticism; fascism; ideology; philosophy of history.

INTRODUÇÃO

Ao decorrer da história, variados regimes de governo foram estruturados, exercendo formas tanto democráticas, quanto autoritárias e totalitárias. A tirania, a monarquia, a democracia, a república, o despotismo e o principado foram teorizados por diferentes filósofos e historiadores. No entanto, é no século XX com o surgimento do nazismo, fascismo e bolchevismo, que os intelectuais daquele momento se encontraram diante de um fenômeno ainda sem uma definição precisa. Os regimes totalitários são novidades exclusivas do século XX e, por isso, necessitam de novos conceitos e símbolos que resgatem a realidade ali

¹ Graduando em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, projeto de Iniciação Científica financiado pelo FIP - PUC Minas. E-mail: wagner.braga.1247024@sga.pucminas.br

presenciada. É assim que, Eric Voegelin e Hannah Arendt vão em busca de seus fundamentos, Arendt observará esse fenômeno institucionalmente, enquanto o filósofo alemão trilhará um caminho distinto, buscando defini-lo como um fenômeno religioso.

A perspectiva voegeliniana designará as ideologias modernas como *Religiões Políticas*, uma vez que elas preservam uma estrutura religiosa que é secularizada. Desse modo, no lugar de um Deus transcendente há um líder ou o próprio Estado. E as suas raízes não estão somente na Modernidade – ainda que ele aponte que a secularização moderna tenha sido solo fértil para o crescimento desses fenômenos –, pois se desenvolvem, desde os movimentos gnósticos medievais. As seitas gnósticas da Idade Média traziam a escatologia cristã para o mundo imanente, ou seja, deslocavam algo que era transcendente para o aqui e o agora. Para Voegelin (1982) as ideologias nascidas da modernidade se equivalem a esse gnosticismo, uma vez que em sua estrutura carregam características semelhantes, como a superação de um mundo puramente mau para um mundo transformado em um paraíso na terra.

No movimento gnóstico, a resolução dos problemas ocorreria absolutamente no mundo imanente, ao passo que, no cristianismo, esses problemas seriam resolvidos em um plano transcendente.

A visão Arendtiana, por outro lado, aponta que a ascensão dos movimentos totalitários se deve ao fracasso das forças políticas tradicionais, e emerge em cima dessa ruína. Portanto, em Hannah Arendt, a essência e a força motriz do totalitarismo é o *Terror*, pois carrega em si aparatos de intimidação de outros sistemas já encenados, tornando-se o substituto das leis positivas, objetivando colocar em funcionamento a lei do movimento da história ou da natureza.

Entender as raízes do fenômeno totalitário através dos conceitos de *Religião Política* de Eric Voegelin e *Terror* de Hannah Arendt, bem como propor o uso deste arsenal teórico na produção historiográfica contemporânea, é o nosso objetivo. Esses estudos servirão para compreendermos, nem que parcialmente, os acontecimentos políticos atuais, uma vez que nos últimos tempos a ascensão de grupos extremistas espalhados pelo globo cresceu consideravelmente².

² Segundo uma matéria publicada pela BBC em 2020, o extremismo de direita tem crescido no mundo, e um dos fatores indicados é a revolução criada pelas mídias sociais, que facilita a disseminação desses ideais. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53197469>> [Acesso em: 05 de mar. de 2022].

Dividido em três partes, iremos articular o problema da seguinte forma: na primeira parte, inicialmente, observaremos os conceitos chave da filosofia da consciência de Eric Voegelin, e posteriormente, seguiremos para a modernidade, para examinar, através de sua visão político-filosófica, o surgimento das *Religiões Políticas*; a segunda parte encarrega-se de observar a inter-relação dos conceitos de *Religiões Políticas*, *Gnosticismo*, *Terror* e *Totalitarismo*; Por fim, observaremos uma breve comparação sobre quais perspectivas ocorre a investigação de ambos os autores sobre o tema e uma proposta para aplicabilidade de seus conceitos na produção historiográfica.

ERIC VOEGELIN E UM BREVE PANORAMA SOBRE A SUA VISÃO FILOSÓFICA

O filósofo germano-americano Eric Voegelin (1901-1985)³ graduou-se em Direito na Universidade de Viena, tornando-se professor associado de Ciência Política na Faculdade de Direito por um período, posteriormente, doutorando-se em Ciência Política. Seguiu um longo caminho cheio de produções intelectuais e atuações nas principais universidades dos EUA. Em 1938, refugiado do nazismo, emigrou para os Estados Unidos, onde construiu grande parte de sua carreira como docente, chegando a lecionar na Universidade de Harvard, no Bennington College, na Universidade Estadual da Louisiana e na Universidade de Stanford. Vale mencionar que, antes de lecionar em Stanford, Voegelin fora convidado a fundar o Instituto de Ciência Política na Universidade de Ludwig-Maximilian, em Munique.

Ao decorrer de sua vida, Voegelin publicou diversas obras, como: *Acerca da forma do espírito americano* (1928); *Raça e estado* (1933); *O estado autoritário* (1936); *As religiões políticas* (1938); *A nova ciência da política* (1951); *Ciência, política e gnose* (1959); *Anamnese: Da teoria da história e da política* (1966) e a coletânea *Ordem e história* que é composta por cinco volumes lançados entre 1956 e 1987. Além das obras mencionadas,

³ Na obra *Reflexões Autobiográficas* (1989), o filósofo faz um breve percurso sobre o trajeto de sua construção intelectual e pessoal, onde é possível observar como Voegelin dedicou sua vida quase inteiramente ao seu enriquecimento intelectual. Nessa obra, podemos ter uma dimensão de seus principais interesses, suas influências, suas críticas em relação a outros intelectuais, sua crítica à modernidade, suas motivações, alguns esclarecimentos e parte de sua postura política. Voegelin, consolidou uma envergadura intelectual invejável, suas produções muitas vezes são apropriadas pelos conservadores, no entanto, sua postura anti-ideológica não corresponderia a tal apropriação. Como um filósofo da realidade Voegelin não se deixava contaminar pelas ideologias presentes no mundo, ainda assim, era sempre tachado de algo: “tenho em meus arquivos os documentos segundo os quais sou comunista, fascista, nacional-socialista, velho-liberal, novo-liberal, católico, protestante, platônico, neo-agostiniano, tomista, e, é claro, hegeliano” (VOEGELIN, 2008, p. 80).

Voegelin teve cerca de cem artigos e ensaios divulgados. Alguns materiais inéditos também foram disponibilizados postumamente, como *Reflexões Autobiográficas* (1989), o último volume de *Ordem e História* e entre outros.

Nesse percurso, compôs sua filosofia política – que é engendrada a partir da história das ideias e que, mais tarde, tem como ênfase a filosofia da consciência. A base da sua cosmovisão é desenvolvida a partir das filosofias clássicas gregas (apoiando-se, principalmente, em Platão e Aristóteles) e da tradição judaico-cristã. Sendo assim, há uma assimilação entre os conceitos de consciência, *metaxy*, *nous*⁴ e *pneuma*⁵.

De acordo com Voegelin, consciência e experiência formam uma unidade, estabelecendo assim uma relação de interdependência. A consciência, neste contexto, é moldada e construída através das experiências. Cada experiência contribui para a formação e desenvolvimento da consciência de um indivíduo, influenciando sua compreensão do mundo, valores e percepções.

Aqui o conceito de *metaxy*, de Platão, é resgatado pelo filósofo para justificar e explicar que “a experiência não está nem no sujeito nem no mundo dos objetos, mas no Intermédio, isto é, entre o polo do homem e o da realidade que ele experiencia.” (VOEGELIN, 2008, p. 115). Outro ponto fundamental para compreensão do pensamento Voegeliniano é a “ordem”, apontado pelo filósofo como “[...] a estrutura da realidade como experienciada pelo homem, bem como a sintonia entre o homem e uma ordem não fabricada por ele, isto é, a ordem cósmica” (VOEGELIN, 2008, p. 117), ou seja, em sua concepção há uma ordem transcendente que governa o todo e que dialoga com a ordem da consciência humana.

Por fim, em *Anamnese: Da teoria da história e da política* (2009) Voegelin trabalha os conceitos *Nous* (Razão) e *Pneuma* (Espírito), sendo o primeiro conceito apoiado segundo a visão aristotélica e platônica, o qual:

[...] não deve ser confundido nem com o *ruach* israelita de Deus, nem com o *pneuma* helenístico, cristão ou gnóstico, nem com a *ratio* do Iluminismo, nem com o *Geist* de Hegel. Deve ser entendido estritamente no sentido dos pensadores helênicos como o lugar onde o fundamento humano de ordem está em harmonia com o fundamento do ser. (VOEGELIN, 2009, p. 216)

⁴ Segundo o *Dicionário básico de filosofia* (2008): “**Nous**. 1. Termo grego que pode ser traduzido por "mente", "espírito" ou "inteligência", e do qual se derivam os termos "noese" e "noema".”

⁵ Palavra de origem grega, significa: espírito, ar, respiração e vento. E na filosofia de Voegelin entende-se estritamente como espírito transcendente.

Sendo assim, *Nous*, conforme explica Sandoz (2010, p. 225), “[...] pode ser entendida, em seu aspecto mais alto, como a propriedade intuitiva da racionalidade [...]”. O *pneuma* trata-se da ideia de espírito, no sentido transcendente. Portanto, Voegelin compreende que “a Razão e o Espírito são dois modos de constituição do homem” (VOEGELIN, 2007, p. 117).

Em suma, a filosofia de Eric Voegelin assume que a *metaxy* ocorre por meio da relação entre Razão (*Nous*), Espírito (*Pneuma*) e Experiência. A unidade dessas *dimensões* é o que possibilita o Intermédio da conexão humano-divino, ou seja, o encontro do fundamento transcendente da ordem do cosmo com o homem e o mundo. Dessa forma, a realidade, a consciência e a experiência do homem não devem ser compreendidas somente como imanescentes. O aspecto transcendente que emana da ordem cósmica tem de ser considerado, visto que somente através dessa junção é que se experiencia a realidade integralmente.

Apreendido os conceitos-chaves da filosofia da consciência de Eric Voegelin, podemos seguir daqui o caminho que foi pavimentado para a compreensão de sua visão político-filosófica. As investigações do filósofo concentram-se no Gnosticismo e na sua influência sobre a modernidade, nas *Religiões Políticas* e na ascensão do fenômeno totalitário. Em sua perspectiva, a secularização da vida moderna significou a desconexão entre o homem e a ordem divino-transcendente – que ele denomina de *Realissimum Transcendental, Fundamento, Transcendência* –, fazendo-o perder o contato integral da realidade, culminando no surgimento das ideologias modernas. Em seguida, portanto, iremos discutir sobre a Modernidade.

SOBRE A MODERNIDADE

Entre os séculos XIII e XVI, na Europa Ocidental, emerge uma nova consciência histórica do homem – secularizada e marcada pela rejeição da metafísica, que rompe com o passado de universalismo cristão. A Modernidade foi o tempo do Renascimento, da Reforma, das Grandes Navegações, do Iluminismo e da Revolução, caracterizada por muitos historiadores como uma revolução social e cultural fruto de uma percepção antropocêntrica voltada para a razão, em que os interesses do homem não estavam mais sob a custódia do espectro religioso.

De acordo com o historiador José Carlos Reis (2005, p. 22), a Modernidade “[...] designa uma consciência secularizada, mais fascinada do que atemorizada pela experiência do

tempo sublunar. O tempo profano veio desafiar o tempo sagrado cristão.”, pois, “[...] abrija um presente secularizado, com suas consequências – racionalização da ação e fragmentação da vida interna do homem ocidental.” (2005, p. 28). No prefácio de sua obra *As Religiões Políticas*, Voegelin (2002, p. 21) afirma:

É lamentável ouvir continuamente dizer que o nacional-socialismo não é mais do que uma regressão à barbárie, à tenebrosa Idade Média, aos tempos anteriores aos modernos progressos da humanidade, sem que os que assim falam se interroguem, por um só instante, sobre o facto de que foi precisamente esta secularização da vida que sustentou a ideia de humanidade, que constituiu o próprio terreno em que os movimentos religiosos anti-cristãos, como o nacional-socialismo, se puderam gerar e desenvolver. (VOEGELIN, 2002, p. 21)

Na perspectiva Voegeliniana, essa secularização moderna funcionou como agente etiológico dos principais problemas no que tange a consciência do homem afetando diretamente a sua apreensão sobre a realidade, possibilitando assim, o surgimento das chamadas: *Religiões Políticas* – essas fundamentadas nas seitas gnósticas da Idade Média.

Segundo o historiador Norman Cohn (1981), durante o período medieval, algumas seitas religiosas eram, nada mais, nada menos, do que uma variante da escatologia cristã, uma vez que também compartilhavam a crença no fim da experiência humana. Entretanto, de forma imanente, pois deslocavam a escatologia cristã do campo transcendente para o mundo imanente, acreditando que o paraíso baixaria na terra (COHN, 1981).

Assim, as seitas gnósticas se sustentam numa cosmovisão trinitária, difundida, principalmente, por Joaquim de Fiori. A cosmovisão de Fiori, defende que a história se sucederia em três estágios: *A Idade do Pai*, *a Idade do Filho* e *a Idade do Espírito Santo*⁶, “[...] a primeira representaria o anúncio da Lei, a segunda surgiria para proclamar o Evangelho e a terceira a renúncia completa do pecado.” (OLIVEIRA, 2020, p. 48).

Ainda de acordo com Cohn, apesar de manifestar-se de diferentes formas, os movimentos milenaristas e as seitas gnósticas carregam em si características comuns, tais como o coletivismo, o terreno, o iminente, o total e a meticulosidade. Para Voegelin, as ideologias modernas possuem as mesmas características mencionadas acima, uma vez que, assim como as seitas gnósticas da Idade Média, essas ideologias buscam redenção no

⁶ Essa estrutura é absorvida pelas ideologias modernas, e pode ser vista sendo replicada, por exemplo, no Positivismo de Auguste Comte (1798-1857), com as *Lei dos Três Estados*: o teológico, o metafísico e o positivo. A mesma lógica se aplica ao nazismo, que retrata o seu regime como uma continuação do Sacro Império Romano, o *Primeiro Reich* (800-1806) e do Império Alemão, o *Segundo Reich* (1871-1918). E por último, cunham o termo *Das Dritte Reich* (“O Terceiro Império”, ou “O Terceiro Reich”).

coletivismo e salvação terrena na imanência. Conforme Jacob Schmutz no prefácio de *As Religiões Políticas* (2002):

[...] Voegelin irá mais tarde caracterizar a essência da modernidade como sendo a progressiva ascensão de uma forma de gnos-ticismo, como a vitória de um modo de conhecimento reivindicativo de uma visão e de domínio directo sobre as coisas, marcando assim o fim da relação de abertura ao mundo que os Antigos tinham cultivado. (SCHMUTZ, 2002, p. 10-11)

Segundo Voegelin, a modernidade foi solo onde as sementes do totalitarismo foram semeadas. No pasto do século XX, o Nacional-socialismo alemão, o Fascismo italiano e o Socialismo stalinista germinam-se em um terreno contaminado pelo gnosticismo, o qual se constitui em uma “[...] grave crise, num processo de esgotamento cuja fonte se encontra na secularização do espírito, na separação de um espírito que se tornou somente mundano, que se separou das suas raízes [...]” (VOEGELIN, 2002, p. 21).

Desse modo, apreender o espírito da modernidade e os elementos que a compõem se faz imprescindível para compreensão da visão voegeliniana sobre as religiões políticas e a ascensão do fenômeno totalitário.

Religiões políticas, gnosticismo e totalitarismo

A ideia de *Religiões Políticas* discutida por Eric Voegelin inicia-se em sua obra *As religiões políticas* (2002)⁷ e ganha maior profundidade em *A Nova ciência da política* (1982)⁸, na qual o filósofo faz uma reformulação conceitual, designando as "Religiões Políticas" como uma forma de gnosticismo. A professora Daiane Eccel (2015, p. 41-42) pontua que

as ideias sobre a gnose exercem um papel fundamental no aparato conceitual voegelianiano. Elas fazem parte da fase mais madura do autor e ele permanece considerando os estudos sobre a gnose até o final de sua vida [...] Tal conceito aparece como retificação da ideia de religiões políticas que não estaria adequada e necessitava ser substituída por um conceito mais exato. (ECCEL, 2015, p. 41-42)

Para Eric Voegelin (2002, p. 23) “falar de religiões políticas e interpretar os movimentos do nosso tempo não apenas como políticos mas também, e sobretudo, como religiosos, não é ainda hoje claro”. Ainda de acordo com o filósofo, isso se deve ao uso

⁷ A obra *Political Religions* foi publicada, originalmente, em 1938. Por se tratar de um livro que faz severas críticas ao nazismo, fora pouco divulgado naquele período, tendo inclusive cópias apreendidas pela GESTAPO.

⁸ A obra *The New Science of Politics* foi publicada, originalmente, em 1951.

simbólico da língua, pois há uma paridade entre as ideologias modernas, os símbolos políticos e os símbolos religiosos. “As ideologias destroem a linguagem, uma vez que, tendo perdido o contato com a realidade, o pensador ideológico passa a construir símbolos não mais para expressá-la, mas para expressar sua alienação em relação a ela.” (VOEGELIN, 2008, p. 39).

O historiador Reinhart Koselleck (1923-2006), destacado como um dos fundadores da história dos conceitos, defendia que “toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística” (KOSELLECK, 2006, p. 103). Na sua visão, indicador e fato (conceito) não deveriam ser apreendidos somente como fenômeno linguístico, devemos levar em consideração outros fatores como a realidade concreta e contextual. Pensando nisso, na parte inicial de *As Religiões Políticas* (2002), percebemos a preocupação de Voegelin em discutir e contextualizar os conceitos de Estado e Religião com a realidade.

A fim de confirmar se o conceito de Estado não passa senão de uma afirmação imanente, o autor desconfia de sua definição, que é comumente associada a elementos concretos, como homens e territórios. Porém, no interior dessa definição há também um possível elemento transcendental: o poder soberano “originário”, que é rechaçado por Voegelin (2002, p. 24-25), pois “originário não pode significar senão o facto de o poder não ter outra fonte senão a do próprio Estado [...] Um poder absoluto, originário, é um poder acima de todos os poderes”, entretanto, continua Voegelin (2002, p. 25), “[...] o poder soberano tem barreiras no seu interior, porque existem coisas que nenhum soberano pode fazer sem ser derrubado, e barreiras para o exterior, face aos outros poderes soberanos”.

Quanto à ideia de Religião, o filósofo advoga: “[...] devemos, portanto, alargar o conceito do religioso de maneira a poder explicar não somente as religiões redentoras mas também as outras manifestações que percebemos como religiosas no desenvolvimento dos Estados [...]” (VOEGELIN, 2002, p. 24). Entende-se, “outras manifestações”, como sendo alguns movimentos políticos e religiosos, que ao se entrelaçar com as ideologias políticas, realizam-se na “[...] exploração dos símbolos pelos quais as sociedades políticas interpretam-se a si mesmas como representantes de uma verdade transcendente” (1982, p. 17). Vale destacar, que tal característica é marcante nos regimes totalitários, que é caracterizada por Voegelin como *Representação Transcendental*.

No capítulo *Representação e Existência*, de *A nova ciência da política* (VOEGELIN, 1982), o filósofo realizou três distinções fundamentais sobre a representação: a existencial, a

elementar e a transcendental. A primeira representação pauta-se na estrutura sociedade e governo, ou seja, o governante deve representar os interesses de sua sociedade para garantir sua legitimidade, indo além do espectro legal, jurídico e burocrático. Enquanto a elementar diz respeito a uma forma comum de liderança, que é garantida constitucionalmente, e possui artifícios legais e processuais, mas tais elementos não lhe garantem legitimidade existencial. A última representação, denominada transcendental deve ser atrelada a simbolização da função governamental como ordem transcendente do cosmos, visto que uma sociedade neste tipo de representação atribui tanto ao líder como a si uma verdade transcendente (ordem do cosmos). Nesse contexto, uma figura política tanto pode ser um autêntico representante transcendental, como pode ser um inautêntico representante, residindo aí o risco de uma figura totalitária ascender ao poder, levando massas junto consigo rumo a uma suposta verdade transcendente.

Na visão voegeliniana o fenômeno totalitário opera se associando à *Representação Transcendental*, em sua forma apócrifa, falseada, lançando mão de símbolos religiosos e políticos, que se misturam na figura do Estado ou de um líder. De acordo com Voegelin (2002, p. 25), “[...] a cabeça divina é abatida e no lugar do deus transcendente, o Estado impõe-se no mundo como a condição última e a origem do seu próprio ser”, demonstrando portar uma suposta “verdade transcendente”, com intuito de assegurar e guiar as massas que o constitui. Logo, “ao erigir o Estado, a ciência, a raça ou a classe como o Realissimum, «O ser mais verdadeiro», tais religiões políticas imanentizam o sentido da existência e tornam-se dispensadores de uma certeza absoluta quanto à ordem das coisas”. (SCHMUTZ, 2002, p. 10-11).

TERROR COMO ESSÊNCIA

Em *Origens do Totalitarismo* (1989), Hannah Arendt reserva um longo capítulo para discutir a essência do totalitarismo: o *Terror*. A filósofa⁹, pontua:

⁹ Hannah Arendt foi uma pensadora alemã de origem judaica radicada nos Estados Unidos, amplamente reconhecida como uma pensadora dentre os mais originais e influentes (e polêmicos) pensadores políticos do século XX. Nasceu em 1906 em Hannover e passou sua infância e parte da juventude em Königsberg, mesma cidade de Immanuel Kant. Nos anos vinte estudou teologia cristã e os clássicos como aluna especial na Universidade de Berlim. Em 1924 ingressou na Universidade de Marburg, onde estudou filosofia com Martin Heidegger. Em 1926 foi para Heidelberg, onde estudou com o filósofo Karl Jaspers, junto a quem defendeu a sua tese de doutorado, O conceito de amor em Agostinho, publicada em 1929. No final desta década, ela se

“O terror total, a essência do regime totalitário, não existe a favor nem contra os homens. Sua suposta função é proporcionar às forças da natureza ou da história um meio de acelerar o seu movimento” (ARENDT, 1989, p. 518.).

Arendt levanta duas suposições sobre a ascensão do fenômeno totalitário: a primeira, ao apontar que o governo totalitário origina-se a partir dos escombros das ruínas das forças políticas tradicionais – sejam elas nacionais ou socialistas, liberais ou conservadoras, republicanas ou monarquistas, autoritárias ou democratas –, utiliza-se de uma réplica do arsenal político da tirania, das ditaduras e do despotismo; a segunda suposição propõe a existência de uma suposta “natureza” do governo totalitário, detentora de uma essência própria e que possa ser equiparada às outras formas de governo ocidentais e reconhecida desde os tempos da filosofia antiga. Entretanto, vale salientar que a segunda suposição se torna improvável, uma vez que, segundo a própria autora, o totalitarismo é uma forma completamente nova de governo (ARENDT, 1989).

A operação do totalitarismo se distingue quase que completamente de outras formas de opressão política, como o despotismo, a tirania, e a ditadura. Apesar dessa distinção, o sistema totalitário apropria-se dos aparatos de intimidação, visto nesses outros sistemas, e aqui há o uso do “[...] terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes.” (ARENDT, 1989, p. 26). Assim, o *terror* como instituição do totalitarismo está presente a todo momento, e não só como método de punição aos que traem o movimento, há uma perseguição constante aos grupos minoritários, mesmo quando estes não oferecem risco à integridade do sistema. No nacional-socialismo, por exemplo, o *terror* colocou o holocausto em movimento o tempo inteiro como sendo “[...] uma política de Estado conduzido pelo governo nazista contra a população judia, cigana, homossexual, negra e sintetizou os conceitos que negaram a diversidade e a pluralidade [...]” (ALMEIDA, 2021, p. 21).

envolveu com a política judaica através do movimento sionista e no começo da década seguinte, em 1933, com a ascensão do nazismo e o incêndio do Parlamento Alemão em Berlim, cidade onde ela residia desde 1930 com seu primeiro marido, foi perseguida e presa por suas atividades, tendo então fugido para Paris com sua mãe. Durante o restante da década trabalhou em organizações judaicas cuja principal função era ajudar a preparar jovens judeus na imigração para a Palestina. Neste período tornou-se amiga de Walter Benjamin e Raymond Aron. Em 1940, com a guerra entre a Alemanha e a França, ela, sua mãe e Heinrich Blücher, seu segundo marido, foram detidos por algum tempo em campos de internamento. Em 1941 fugiram, via Lisboa, para os Estados Unidos, onde passaram o resto de suas vidas. (CORREIA, 2006, p. 2-3)

Quando está no poder, esse sistema institui políticas completamente novas, dissolvendo as tradições sociais, políticas e legais, transformando-se em um movimento de massas:

O governo totalitário sempre transformou as classes em massas, substituiu o sistema partidário não por ditaduras unipartidárias, mas por um movimento de massa, transferiu o centro do poder do Exército para a polícia e estabeleceu uma política exterior que visava abertamente ao domínio mundial. (ARENDT, 1989, p. 512)

Arendt destaca também que os governos totalitários de nossa era evoluíram a partir de sistemas unipartidários, e que, quando se tornaram definitivamente totalitários, passaram a funcionar a partir de um sistema de valores totalmente divergente de todos os outros, “[...] que nenhuma das nossas tradicionais categorias utilitárias – legais, morais, lógicas ou de bom senso – podia mais nos ajudar a aceitar, julgar ou prever o seu curso de ação.” (1989, p. 512).

Embora confronte todas as leis positivas, o fenômeno totalitário “[...] não opera sem a orientação de uma lei, nem é arbitrário, pois afirma obedecer rigorosa e inequivocamente aquelas leis da Natureza ou da História que sempre acreditamos serem a origem de todas as leis.” (ARENDT, 1989, p. 513). Na democracia, o Estado de Direito garante através das leis positivas a ordem, por meio das quais estadistas e cidadãos se subordinam. Desta forma, as leis positivas pretendiam funcionar como recurso estabilizador para os movimentos do homem.

O sistema totalitário, portanto, orienta-se por meio de leis da natureza e da história que “[...] deixam de ser a força estabilizadora da autoridade para ações dos homens mortais; elas próprias tornam-se movimentos.” (1989, p. 515). Para Arendt, no nazismo, as “leis raciais” foram colocadas em movimento, pautando-se, na teoria da evolução de Darwin, configurando-se, como lei da natureza. Já no bolchevismo a luta de classes de Marx coloca a lei da história em movimento. Neste ponto, o *Terror* toma sentido como realização da lei do movimento, e de acordo com Arendt:

O seu principal objetivo é tornar possível à força da natureza ou da história propagar-se livremente por toda humanidade sem o estorvo de qualquer ação humana. Como tal, o terror procura ‘estabilizar’ os homens a fim de liberar as forças da natureza ou da história. (1989, p. 517)

Em suma, o totalitarismo, para Arendt, opera da seguinte forma: quando o *Terror* em seu último estágio de desenvolvimento se transforma em uma simples estrutura de governo, acaba por exercer o papel de representar-se como ferramenta capaz de promover uma

ideologia e “[...] essa ideologia deve obter a adesão de muitos, até mesmo da maioria, antes que o terror possa ser estabelecido.” (ARENDT, 1989, p. 26). Vale mencionar que, a ideologia no regime totalitarista, de acordo com a percepção de Arendt, é o que insere os indivíduos em um outro contexto, fundamentado na padronização e no isolamento. Assim, quando em pleno funcionamento, o sistema totalitário transforma todos os homens em “Um-Só-Homem”, trabalhando sempre na aceleração do movimento da história ou da natureza, em que o *terror* os mantém em movimento perpetuamente.

O FENÔMENO TOTALITÁRIO ENTRE VOEGELIN E ARENDT

Estabelecido os conceitos Voegelinianos e Arendtianos, partiremos agora para uma breve comparação entre as concepções de cada autor sobre a ascensão do fenômeno totalitário.

Apesar de analisarem tal fenômeno a partir de perspectivas diferentes, a intenção, neste artigo, não é confrontá-las a fim de anular uma ou outra perspectiva, e sim propor uma hibridização de suas ideias. Antes de compararmos suas teses, devemos, inicialmente, observar que o que assimila esses autores é o interesse em comum em tentar entender o sistema totalitário através dos estudos da filosofia e da política. De acordo com Daiane Eccel (2017),

Hannah Arendt foi apenas uma entre outros intelectuais que, apesar de tomar conhecimento do horror das câmaras de gás somente na década de 1940, percebeu a potencialidade assassina dos regimes políticos de seu tempo já na década anterior. Com Eric Voegelin, não na Alemanha, mas na Áustria após *Anschluss*, a situação não foi diferente [...] percebeu os perigos que estavam por vir (embora ninguém fosse capaz de imaginar o quão longe eles iriam chegar). (ECCEL, 2017, p. 141-142)

O contato entre Voegelin e Arendt para tratarem sobre o assunto ocorre, segundo Eccel (2017), através de uma troca de correspondências¹⁰. O que mais tarde deu origem a uma resenha redigida por Voegelin, publicada em 1952, na *Review of Politics*, na qual o filósofo tece alguns elogios e algumas críticas ao *Origens do totalitarismo* (1951), de Arendt.

A principal divergência entre os autores está na forma como cada um conduz as suas investigações sobre a ascensão totalitária. Hannah Arendt parte de uma perspectiva

¹⁰ Vale mencionar, que este trecho do trabalho será discutido quase que inteiramente com base no artigo *Debate sobre o totalitarismo: a troca de correspondências entre Hannah Arendt e Eric voegelin* (2017), por se tratar de um dos poucos artigos em língua portuguesa a discutir o assunto com maior veemência.

institucional, buscando, em certos fatos históricos – como o pós Primeira Guerra Mundial e a crise das forças políticas tradicionais –, os fatores que levaram a ascensão do totalitarismo. Voegelin, por sua vez, compreende essa ascensão a partir do secularismo e da crise do espírito moderno. Ele valida sua perspectiva a partir da análise dos movimentos gnósticos da Era Medieval. A essência da modernidade não é outra senão uma tentativa de reprodução dessa mesma gnose. Em sua visão, é justamente essa essência moderna que lança bases para o totalitarismo. Sendo assim, Voegelin ocupa-se em examinar o fenômeno totalitário a partir de uma dimensão espiritual da consciência do homem e não somente através da cristalização dos fatos históricos.

Conforme aponta Eccel (2017, p. 149-150), uma das críticas do filósofo em relação ao trabalho de Arendt é referente à forma como ela analisa os horrores cometidos pelos regimes totalitários, “[...] pelo fato de deixar-se levar demais pelas emoções [...] obnubilando o foco central do problema e abdicando de um referencial teórico adequado, já que o horror moral e a carga emocional eclipsam o essencial”. Voegelin também encontra um certo elemento espiritual na análise de Arendt sobre a adesão das massas à ideologia totalitária, pois segundo a autora, supostamente no pós Primeira Guerra Mundial, os cidadãos estavam desconectados de suas tradições culturais, descrentes das forças políticas partidárias e carentes de um interesse em comum. Foi criado, assim, um ambiente conveniente à adesão dos ideais totalitários, de modo que a proposição desse sistema é fornecer uma transformação imediata. A aceitação dessa proposição pelas massas é vista por Voegelin como consequência de um adoecimento da consciência – aquilo que ele denominou de *pneumopatologia*¹¹.

Apesar de divergirem em suas abordagens, Arendt e Voegelin convergem na ideia de que os indivíduos inseridos na massificação totalitária perdem as suas faculdades de julgar e pensar suas ações com autonomia. Para o filósofo, isso se relaciona com uma possível deterioração *espiritual* – que abrange por inteiro a consciência –, enquanto que, para Arendt, esse aspecto possui relação com a burocracia do sistema totalitário. Levando em consideração os pontos discutidos acima, podemos concluir com Eccel (2017, p. 156-157) que,

[...] enquanto Arendt considera o totalitarismo uma nova forma que pode ser incluída na tipologia dos regimes e, por isso, de cunho exclusivamente político (e,

¹¹ C.f.: “Temos necessidade aqui de uma expressão não empregada por Musil, mas disponível em análises alemãs da matéria desde Schelling. Schelling já empregou a expressão ‘pneumopatologia’ para distúrbios espirituais desse tipo. E Isso significa que o espírito está doente, não a alma no sentido da psicopatologia: então, a doença espiritual, a doença do espírito, condições pneumopatológicas opostas a condições psicopatológicas” (VOEGELIN, 2008, p. 137).

inquestionavelmente, a pior forma de regime que poderia haver), Voegelin o considera um fenômeno de desordem espiritual que, quando ignorado, torna obnubilado o diagnóstico.

Por fim, como uma proposição, ainda que rasa, podemos tentar empenhar um esforço de hibridização de parte das abordagens de ambos os autores, abrindo, desse modo, possibilidades para novas investigações. A ideia é lançar mão da filosofia da consciência de Voegelin a fim de entender como o homem adere ao *Terror* por meio do desprezo do *Realissimum Transcendental*, reduzindo-se a um sistema que aniquila a cultura, as tradições políticas, e o direito de existência daquele que o contraria, excluindo o espaço para qualquer tipo de alteridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como discutido ao longo deste trabalho, o totalitarismo surgiu através de uma crise espiritual da modernidade e do fracasso das forças políticas tradicionais, configurando uma nova forma de opressão e controle político. Compreendemos, então, que o sistema totalitário – como *Religião Política* com bases gnósticas – preserva uma estrutura religiosa secularizada que imanentiza o sentido da existência, objetivando transformar a realidade através da falsificação de uma *Representação Transcendental*, prometendo uma suposta redenção imanente. Entendido como instituição do *Terror* ele terá por finalidade colocar em movimento as leis da natureza ou da história, inaugurando uma nova forma de opressão política.

Como consequência do funcionamento desse sistema, com o nazismo, o fascismo e o socialismo stalinista, o mundo sofreu uma de suas maiores catástrofes humanas, na qual os direitos básicos dos cidadãos foram violados, as suas liberdades individuais, restringidas, e milhões de vidas, ceifadas.

Ao analisar as obras de ambos os autores, percebemos um compromisso de não somente buscar uma definição para o totalitarismo, mas também repudiá-lo. Eric Voegelin, por exemplo, escreve *As religiões políticas* (1938) como uma forma de ataque às ideologias totalitárias emergentes de seu tempo. Arendt, por sua vez, em suas análises políticas, demonstra uma preocupação com a liberdade do homem.

Segundo o filósofo Paul Ricoeur (2007), o historiador acadêmico possui um dever de memória e uma dívida para com as vítimas da história, exigindo, por conseguinte, uma

responsabilidade por parte do historiador. Rememorar esse passado é reconstruí-lo no presente, possibilitando-nos observar parte do que foi os horrores praticados por esses regimes.

Nos últimos anos, a polarização política tem mostrado ao mundo a ascensão de diversos grupos extremistas embebidos de suas diferentes ideologias. E como parte dessa responsabilidade de um historiador, devo propor aqui o uso do aparato conceitual de Voegelin para produção historiográfica, uma vez que, por meio de sua perspectiva, é possível avaliarmos as ideologias, encontrando suas principais limitações e problemas. Além de nos possibilitar perceber como determinadas ideologias são capazes de corromper a linguagem, a consciência e a realidade do homem.

Logo, ainda que não tenhamos uma receita para o combate do fenômeno totalitário, levamos em consideração os conceitos propostos pela filosofia voegeliniana, tanto para a produção historiográfica (sobre o totalitarismo) quanto para apreensão de nossa realidade, vem a ser uma alternativa para tentarmos evitar que o mundo seja vítima de suas próprias ideologias novamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Manoel. Modernidade e direitos humanos: Lições do julgamento de Eichmann à luz do pensamento de Hannah Arendt. In: SILVA, Marcília. SOARES, Thiago (Orgs.).

Coletânea Pernambuco na mira do Golpe, volume 2: direitos humanos, acervos, política e sociedade. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.

ARENDT, Hannah. **As Origens do totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. 3ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARENDT, Hannah. Uma réplica a Eric Voegelin. In: **Compreender:** formação, exílio e totalitarismo. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008, p.417-424.

BONIS, Gabriel. O extremismo de direita que cresce no mundo e assusta a Alemanha. **BBC News**, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53197469>. Acesso em: 05 de mar. de 2022.

COHN, Norman. **Na Senda Do Milénio:** Milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da idade média. Lisboa: Editorial Presença, 1981.

CORREIA, Adriano. Hannah Arendt (1906-1975). **Revista ética & filosofia política**, v. 9, n. 1, 2006.

DE ABREU OLIVEIRA, Rodrigo. O Nazismo como religião política. **Anais do programa de pós-graduação em ciências da religião da puc-campinas**, Campinas, v. 3, 2020.

ECCEL, Daiane. Debate sobre o totalitarismo: a troca de correspondências entre Hannah Arendt e Eric Voegelin. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**. n. 101, p. 141-174, 2017.

ECCEL, Daiane. Eric Voegelin e o gnosticismo: da estreita relação entre religião, política e os regimes totalitários. **Numen**, v. 18, n. 2, p. 40-58, 2015.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. 5.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

KOSELLECK, R. **Futuro Passado**: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006.

REIS, José Carlos. **História & teoria**: Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et al.* Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SANDOZ, Ellis. **A Revolução voegeliniana**: uma introdução biográfica. Trad. Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: Realizações, 2010.

SCHMUTZ, Jacob. A profecia de Fiore. In: VOEGELIN, Eric. **As religiões políticas**. 1ª ed. Trad. Teresa Marques da Silva. Lisboa: Vega Limitada, 2002.

VOEGELIN, Eric. **A nova ciência da política**. 2ª ed. Trad. José Viegas Filho. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

VOEGELIN, Eric. **Anamnese**: da teoria da história e da política. Trad. Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2009.

VOEGELIN, Eric. **As religiões políticas**. 1ª ed. Trad. Teresa Marques da Silva. Lisboa: Vega Limitada, 2002.

VOEGELIN, Eric. **Hitler e os alemães**. Trad. Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2007.

VOEGELIN, Eric. **Reflexões autobiográficas**. São Paulo: É Realizações Editora, 2008.